

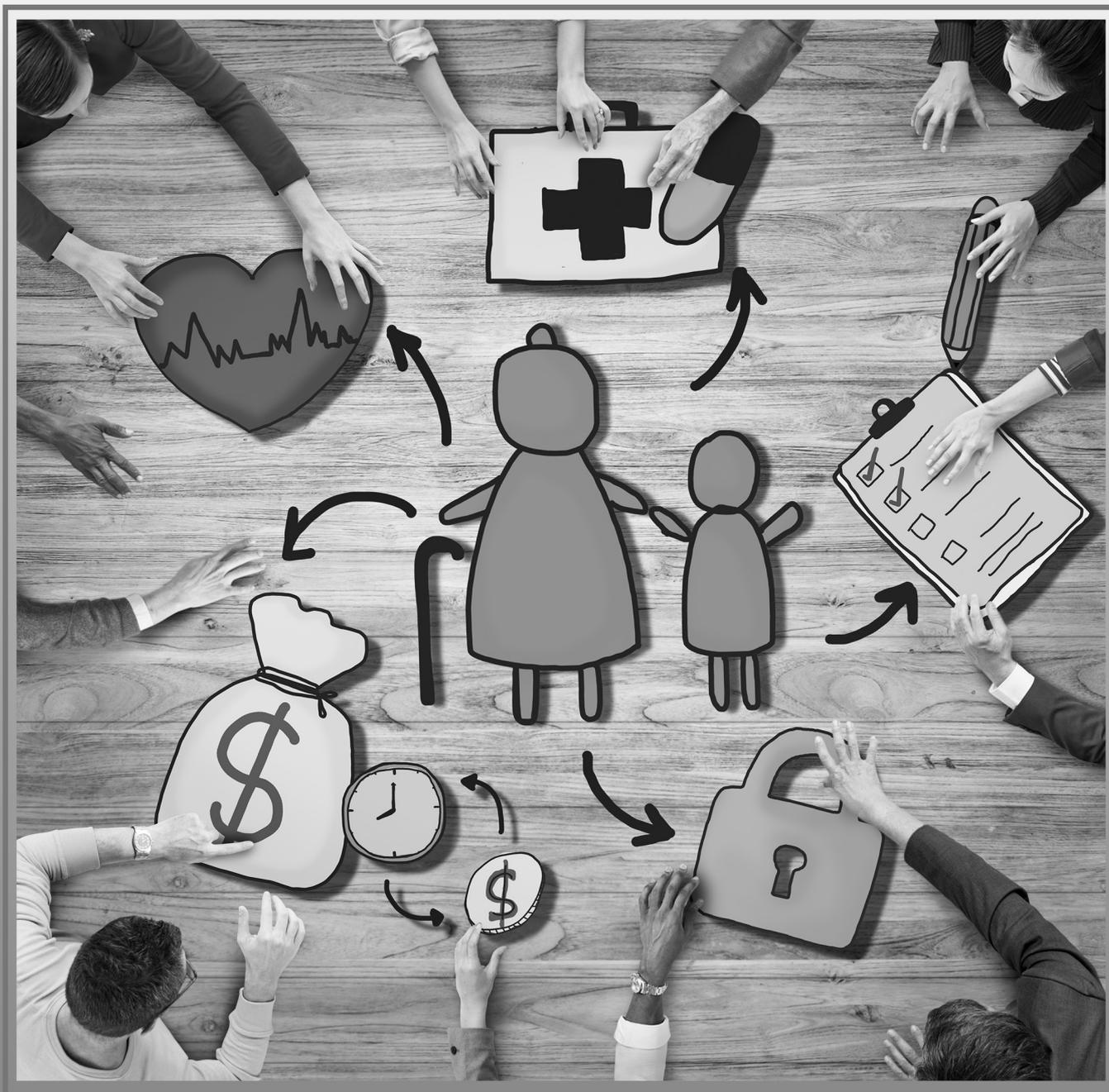


Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista

2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro

Copyright © Atena Editora

Edição de Arte

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores

pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Processos de subjetivação no serviço social

4

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P963 Processos de subjetivação no serviço social 4 [recurso eletrônico] /
Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR:
Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-234-0

DOI 10.22533/at.ed.340202907

1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços
sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: ASPECTOS DA RESPONSABILIZAÇÃO FAMILIAR	
Eugênia Aparecida Cesconeto	
Monica Pereira	
Wanderléia Pereira Gomes Gaidarji	
DOI 10.22533/at.ed.3402029071	
CAPÍTULO 2	11
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES FRENTE A MEDIDA PROTETIVA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADOLESCENTES	
Jociane Souza da Silva	
Rodrigo de Oliveira Bastos Trotta	
Victor Tavares Batista	
Simone Silva	
Bruno Xavier Campos	
DOI 10.22533/at.ed.3402029072	
CAPÍTULO 3	21
A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO E AS FACÇÕES DO TRÁFICO DE DROGAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA	
Alice Mendes Rodrigues da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3402029073	
CAPÍTULO 4	29
RESPONSABILIZAÇÃO ESTATAL E ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO: UM OLHAR AO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS	
Franciele Theves da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.3402029074	
CAPÍTULO 5	42
O TRABALHO INFANTIL E O TRÁFICO DE DROGAS: UMA RELAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS	
Luciano Aparecido Pereira Junior	
Regina Célia de Souza Beretta	
DOI 10.22533/at.ed.3402029075	
CAPÍTULO 6	54
PROTOCOLO TÉCNICO-OPERATIVO DE ATENDIMENTO DAS FAMÍLIAS NA REDE SOCIOASSISTENCIAL	
Marlí Elisa Nascimento Fernandes	
Ilka de Fátima Santana Ferreira Boin	
Maria Lúcia Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.3402029076	
CAPÍTULO 7	66
FAMÍLIAS COMO FOCO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - UMA PROPOSTA DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	
Ana Paula Ferreira dos Santos Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3402029077	

CAPÍTULO 8	76
FAMÍLIA E SERVIÇO SOCIAL: NO DESAFIO DO FORTALECIMENTO DAS REDES PRIMÁRIAS DE PROTEÇÃO SOCIAL	
Débora Holanda Leite Menezes Maurício Caetano Matias Soares	
DOI 10.22533/at.ed.3402029078	
CAPÍTULO 9	87
A PERCEPÇÃO DO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS A PARTIR DA ATUAÇÃO EM ENTIDADE SOCIOASSISTENCIAL NO RIO DE JANEIRO	
Patrícia Quinto Santos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3402029079	
CAPÍTULO 10	99
PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS MÃES ADOLESCENTES ATENDIDAS NA “ALA SANTANA” – MATERNIDADE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
Amanda dos Santos Silva Midiã Olivia Bentes Sant'ana Priscila Elen Souza Oliveira Yasmin Thais Soares da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.34020290710	
CAPÍTULO 11	112
RECORTES SÓCIOS HISTÓRICOS DAS DIFICULDADES VIVENCIADAS PELAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO EM TEMPOS DE CAPITALISMO	
Francisco das Chagas dos Santos Alves Aldení Gomes de Araújo Júnior Luan Alexandre da Silva Dantas Vanessa Amancio da Silva Hiorrana Larissa da Silva Flaviana Fernandes Martins Mariana Dantas Maria do Rosário Santos	
DOI 10.22533/at.ed.34020290711	
CAPÍTULO 12	122
O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL: ALGUMAS EXPLICAÇÕES TEÓRICAS	
Jailma da Costa Batista Ranyellen Félix de Souza Felicidade Dayana Monteiro Dias Andressa Cassiano de Araújo Francely dos Santos Moura	
DOI 10.22533/at.ed.34020290712	
CAPÍTULO 13	132
TRÁFICO DE DROGAS E O CRESCENTE APRISIONAMENTO DE MULHERES NO BRASIL	
Gláucia Maria Ribeiro de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.34020290713	
CAPÍTULO 14	141
DESCOBRINDO A DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER	
Maria Auxiliadora de Castro Coutinho	

CAPÍTULO 15	149
MULHERES QUE COMETEM CRIMES: VÍTIMAS OU CULPADAS? AS MARCAS DA INSERÇÃO FEMININA NO SISTEMA PRISIONAL	
Priscilla Brandão de Medeiros Kaedna Coleta Araújo Silva	
DOI 10.22533/at.ed.34020290715	
CAPÍTULO 16	161
ENTREGA VOLUNTÁRIA EM ADOÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE SANTO AMARO	
Ana Lucia Oliveira Ramos Michelle Cavalli	
DOI 10.22533/at.ed.34020290716	
CAPÍTULO 17	175
ENVELHECIMENTO, TRABALHO E APOSENTADORIA: EXPECTATIVAS E PLANEJAMENTO PARA A VIDA PÓS-TRABALHO	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
DOI 10.22533/at.ed.34020290717	
CAPÍTULO 18	193
ENVELHECIMENTO E A PROTEÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Solange Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.34020290718	
CAPÍTULO 19	205
O BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO IDOSO: DO RECONHECIMENTO À NEGAÇÃO	
Pamalla Sheron Gomes de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.34020290719	
SOBRE A ORGANIZADORA	215
ÍNDICE REMISSIVO	216

ENVELHECIMENTO, TRABALHO E APOSENTADORIA: EXPECTATIVAS E PLANEJAMENTO PARA A VIDA PÓS-TRABALHO

Data de aceite: 01/07/2020

Jozadake Petry Fausto Vitorino

Assistente Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC – Especialista em Políticas Sociais Integradas pela Universidade Estácio de Sá. Florianópolis (SC). Estudante e Pós-Graduanda em Saúde Pública pela Universidade EducaMais. Membro do NECAD – Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família (UFSC). CV: <http://lattes.cnpq.br/3339996527225371>.

RESUMO: Este artigo aborda a temática do envelhecimento e formas de planejamento para a vida pós-trabalho (aposentadoria). A pesquisa foi realizada em 2017 com 13 servidores públicos estaduais em processo de aposentadoria que participaram de oficina de trabalho sobre envelhecimento e aposentadoria, promovida pelo Órgão estadual Departamento de Infraestrutura (DEINFRA) de Santa Catarina. A pesquisa de caráter exploratório e de base qualitativa sugere resultados importantes. A maioria dos participantes considera que a conquista do tempo livre representa um dos elementos cruciais no processo de aposentadoria. Contudo, a expectativa de poder vivenciar a aposentadoria de forma plena,

com qualidade de vida e a efetiva realização de seus planos é diretamente afetada por suas condições financeiras, o que pode ou não garantir, na prática, a realização de seus projetos e anseios. Em relação à preparação para a vida pós-trabalho, a totalidade dos entrevistados afirma não ter se preparado, e seus depoimentos expressam sentimentos de recusa, frustrações ou de negação por estarem diante do fato de ter idade e tempo para solicitar a aposentadoria e não se sentirem preparados para sair do órgão. Além disso, a partir da análise, identificamos também que os desafios na vida laborativa dos participantes estiveram relacionados ao cumprimento de horários, metas e responsabilidades, sendo o dia a dia fortalecido pelas relações de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento. Trabalho. Aposentadoria.

**AGING, WORK AND RETIREMENT:
EXPECTATIONS AND PLANNING FOR POST-
WORK LIFE**

ABSTRACT: This article addresses the theme of aging and forms of planning for post-work life (retirement). The research was conducted in 2017, with 13 state public servants in the process

of retirement, who participated in a workshop on aging and retirement, promoted by the State. Regarding the methodology, we defined an exploratory and qualitative study basis. The results suggest that, for 90% of participants, gaining free time is one of the important elements in the retirement process. However, the expectation of being able to fully experience retirement with a quality of life and the effective realization of its plans goes through the financial conditions bias, which can guarantee, or not, in practice, the realization of its projects and desires. All the participants did not prepare for life after work and their testimonies express different feelings: of refusal, frustration or denial because they have the age and time to apply for retirement and do not feel prepared to leave the body. In addition, from the analysis, we also identified that the challenges in the participants' work life were related to the fulfillment of schedules, goals and responsibilities, being day by day strengthened by the labor relations.

KEYWORDS: Aging. Job. Retirement.

1 | INTRODUÇÃO

No Brasil, o envelhecimento populacional está relacionado com o aumento da expectativa de vida e a diminuição da taxa de fecundidade. Entre 2016 e 2017, houve um acréscimo de 3 meses e 11 dias de expectativa de vida para todos os brasileiros idosos, elevando assim a média de idade para 76 anos. Para os homens, essa estimativa passou de 72,2 para 72,5 anos (acréscimo de 3 meses e 14 dias). Para as mulheres, a expectativa de vida em 2016 era de 79,4 anos, se elevando em 2017 para 79,6 anos, um acréscimo de 2 meses e vinte e seis dias. Observa-se o acréscimo de dezoito dias para o sexo masculino, quando comparado ao ganho de expectativa de vida do sexo feminino (BRASIL, 2018).

Com efeito, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2017) mostram a evolução da população — em especial da população idosa futura, acerca de sua expectativa de vida — e permitem ao Governo Federal e à sociedade civil conhecer dados iniciais relevantes e, conjuntamente, traçar políticas públicas com o objetivo de atender as necessidades dessa população, muito embora essas políticas ainda estejam distantes de uma efetiva operacionalização.

A Constituição Federal de 1988, inseriu questões sobre o processo de envelhecimento populacional no Brasil. Todavia, foi a partir da aprovação da Lei Federal 8.842/94, de 4 de janeiro de 1994, que foram disponibilizados assuntos sobre a Política Nacional do Idoso, regulamentada pelo Decreto 1948/1996 (Lei 8.842/1994).

Com o propósito de implantar as diretrizes da Política Nacional do Idoso, em 13 de maio de 2002, foi criado o Conselho Nacional do Idoso e, pela Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, o Estatuto do Idoso, com o propósito de assegurar direitos e, por meio de programas específicos, promover a qualidade de vida da população idosa (BRASIL, 2003).

É necessário dizer que, na década de 1970, pesquisas apontaram um número expressivo de pessoas com mais de 60 anos de idade em nossa sociedade, iniciando-se então os grupos de convivência e de atividades físicas voltadas para a saúde, objetivando atingir esse público-alvo. Inicialmente o trabalho realizado com as pessoas mais velhas era especialmente por meio de instituições filantrópicas e por intermédio de ordens religiosas, sendo que todo o trabalho efetuado era de cunho caritativo. Mais tarde, esses serviços passaram a ser oferecidos também pelas prefeituras e Serviço Social do Comércio (SESC), despertando ainda o interesse das universidades federais na caminhada pela conquista dos direitos dos idosos.

Ao envelhecer, a pessoa idosa precisa enfrentar as transformações que lhe são impostas, logo, deparar-se também com as questões relacionadas à identidade pessoal e social, pois passa a questionar o sentido da vida e, diante desses aspectos, precisa reorganizar as mudanças e limitações advindas do processo de envelhecimento.

O envelhecimento humano é inevitável e envolve questões como classe social, sexo, história de vida e o contexto socioeconômico em que se está inserido. Contudo, a maioria dos sujeitos que chegam à velhice não encontra garantidos seus direitos de maneira a usufruir com qualidade necessária a nova etapa da vida pós-trabalho. Diante disso, faz-se cada vez mais necessário fortalecer as políticas públicas para atender as necessidades da população idosa.

Muito embora o trabalho tenha assumido o significado de mercadoria no sistema capitalista, ele constitui-se também um facilitador para a construção do ser social e do ser profissional, fazendo com que o sujeito se reconheça e seja reconhecido pelo outro, uma vez que o homem se produz e se reproduz o tempo todo, pois o sujeito se modifica mediante o trabalho e as relações interpessoais dentro do contexto no qual está inserido (ALVARENGA *et al.*, 2009).

Para o trabalhador, a aposentadoria se apresenta como um desafio, pois a preocupação que ela traz para grande parte das pessoas está ligada a aspectos financeiros. Visto que as pessoas estão vivendo cada vez mais, essa é a “nova” realidade e não deve ser desconsiderada ou descontextualizada dentro da realidade brasileira, em que a maioria dos trabalhadores brasileiros não consegue alcançar com sua “aposentadoria” a segurança financeira que lhes permitiria qualidade de vida. Além disso, com o avanço das tecnologias e das ciências médicas, seremos, num futuro não muito distante, um país de velhos, razão pela qual o trabalhador deve preparar-se para sua aposentadoria.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é discutir — a partir da percepção dos trabalhadores em processo de aposentadoria — sobre velhice e aposentadoria e as expectativas e formas de planejamento para uma vida pós-trabalho.

2 | MÉTODO

Esta pesquisa é de caráter exploratório com base em estudo qualitativo (DESLANDES; GOMES; MINAYO, 2002). Richardson (2008) diz que os estudos qualitativos podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de determinadas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. A pesquisa, nesse sentido, é um trabalho artesanal, que não se abstrai da capacidade criadora. Realiza-se essencialmente por uma linguagem constituída em base de conceitos, hipóteses, métodos e técnicas. Essa linguagem se edifica em um compasso próprio e particular (DESLANDES; GOMES; MINAYO, 2002). A coleta de dados foi por meio de entrevistas semiestruturadas e realização de oficinas (*workshops*) com os trabalhadores do Departamento de Infraestrutura (DEINFRA) para discutir a temática da aposentadoria e sua preparação para a vida pós-trabalho. A análise dos dados foi realizada com base em três momentos: reflexão prévia sobre o que pensam os trabalhadores em relação à velhice; levantamento das expectativas em relação à aposentadoria; vivência subjetiva de cada sujeito sobre a aposentadoria e repercussão dela em sua vida futura.

Foram realizadas quatro oficinas entre 28/03/2017 e 18/04/2017, perfazendo um total de 16 horas. Cada encontro contou com uma temática específica relacionada aos assuntos que envolvem o processo de aposentadoria: a) “Preparação para a aposentadoria”; b) “O processo de mudança”; c) “Educação financeira”; d) “Atividade física e promoção da saúde”; e) “Aspectos psicológicos e sociais”. A partir dessas quatro oficinas, contendo a participação de 45 trabalhadores, foi aplicado ao final um questionário, sendo respondido por 13 participantes que, posteriormente, foram convidados a participar das entrevistas, tendo-se a adesão de 10 trabalhadores aptos para a aposentadoria no DEINFRA.

As entrevistas, realizadas no período entre 19/06/2017 e 06/07/2017, foram precedidas de leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos participantes da pesquisa. Para isso, adotaram-se as recomendações éticas em pesquisa envolvendo seres humanos presentes na Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

3 | DISCUSSÃO E RESULTADOS

No século XXI enfrentamos os desafios ocasionados por uma importante conquista do ser humano: a longevidade. “Mas como viver bem os muitos anos que estão reservados a uma crescente parcela da população dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento, como é o caso do Brasil?” (BRANDÃO, MERCADANTE, 2009).

Segundo Ramos (1999), houve a conquista de novos conhecimentos na medicina,

que avançaram trazendo consigo as condições para a descoberta de remédios capazes de curar e até mesmo evitar doenças que, até então, exterminavam as populações. Associados a essa conquista, construímos um conjunto de marcos normativos e regulatórios que trouxeram a população idosa para a cena pública dos direitos, muito embora tenhamos ainda um longo caminho na consolidação de política, programas e ações que garantam maior qualidade de vida a esse segmento social. Além disso, os aspectos culturais geram formas de pensar que perpetuam uma condição subalterna da população idosa.

Historicamente, verificamos que a preocupação humana com o envelhecimento e suas adversidades, bem como com sua representação, é caracterizada por antagonismo e ambiguidade. Ao mesmo tempo em que são ressaltadas suas características positivas, tais como sabedoria, experiência e respeito, são citados os aspectos negativos, como decadência física, a perda de controle sobre determinados processos (incluindo os intelectuais) e a proximidade com a morte, demarcando nitidamente a finitude da vida (ROESLER, 2014, p. 86).

Nesse contexto, sobretudo no Brasil, tão desigual e multifacetado nas suas expressões da questão social, o que se constata é um país heterogêneo, abarrotado de contrastes, sendo dividido por uma sociedade de classes na qual a desigualdade social — fruto da dinâmica social capitalista — afeta significativamente a população idosa. Diante disso “[...] não restam dúvidas de que os problemas sociais que atingem os idosos são de tal magnitude que estão a exigir posturas mais dignas, mais humanas e mais realistas para aqueles que deram muito de si para as futuras gerações” (NETTO; YUASO; KITADAI, 2005, p. 597).

O Estatuto do Idoso, Lei 10.741 de outubro de 2003, Capítulo I, art. 8º, assegura o direito de todas as pessoas envelhecerem com dignidade e respeito. Seu art. 9º dispõe sobre a responsabilidade do Estado na garantia de segurança, saúde e a obrigação de formulação de novas políticas públicas (BRASIL, 2003).

Art. 8º O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente. Art. 9º É obrigação do Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade (BRASIL, 2003, p.2).

Diante disso, é pertinente dizer que

As políticas públicas e os programas de atenção voltados para os idosos possuem papel importante na visibilidade adquirida por esse segmento, retirando o idoso do esquecimento e do silêncio, possibilitando a ele uma condição social mais justa. Para atender essa realidade e os desafios que acompanham são necessários instrumentos legais que garantam proteção social e ampliação de direitos às pessoas idosas (ESCOBAR; SOUZA, 2016, p. 50).

A velhice e o envelhecimento no mundo contemporâneo tendem a ser representados por ambiguidades sociais e antagonismos entre a riqueza e a pobreza. Entretanto, o advento do “longe viver” e os efeitos para os indivíduos que gozam dos privilégios do “que o estar no mundo lhes pode proporcionar” devem ser vistos como oportunidade única,

cabendo-lhes o direito do exercício da cidadania. Esse é o momento em que poderá, de fato, exercer os seus direitos e deveres de cidadão e, entre outras coisas, orgulhar-se de si mesmo. Todavia, ainda existe no século XXI “a triste realidade sócio-político-econômica dos países em desenvolvimento, marcada pela pobreza, pelo abandono e pela precariedade nas relações sociais, que se intensificam na velhice” (PALACIOS, 2008, p. 788).

Em relação ao idoso, é indispensável que a sociedade brasileira, mesmo diante de todos os problemas econômicos, sociais e políticos que vem enfrentado na atualidade, cunhe ferramentas adequadas para mantê-lo conectado a seu meio, aproveitando as suas potencialidades de “energia e criatividade”. Entretanto, o que se observa é que, infelizmente, apesar de termos na atualidade marcos normativos e regulatórios que contribuíram para avanços nos diferentes campos das demandas e necessidades da população idosa, ainda existe uma disposição preconceituosa para discriminá-la e confiná-la sem a menor consideração devida ao ser humano (SALGADO, 1989).

Com vistas a esse tema e para melhor compreendermos as lutas contra a discriminação e o preconceito que atinge as pessoas idosas, Faleiros (2014) diz:

Idosos têm direitos enunciados e definidos, mas a violação desses direitos é um dos principais obstáculos à inserção social da pessoa idosa, com destaque para a discriminação e o preconceito. A luta contra a discriminação é fundamental num processo de educação para o envelhecimento e sobre o envelhecimento e velhice. É preciso romper o silêncio sobre a velhice e abrir espaços na escola, na família, nas pesquisas e na sociedade para se falar abertamente dessa questão (FALEIROS, 2014, p. 18).

A existência de preconceitos, assim como as diferentes violações de direitos de idosos, são resultados de políticas públicas que ainda precisam avançar muito na garantia efetiva de direitos dessa população, principalmente para fazer frente a tantas mudanças e impactos causados pelo fenômeno do longe viver.

Com a chegada do envelhecimento, acontecem mudanças no corpo da pessoa, no seu desenvolvimento e na diminuição das aptidões funcionais — entre elas, o vigor muscular, a resistência cardiovascular, mobilidade e equilíbrio —, e as probabilidades de se praticarem exercícios físicos mudam muito pelo processo de envelhecimento de cada pessoa. Todavia, além das limitações, das mudanças nas capacidades e a conquista de seus direitos, o que realmente mudou no idoso foi a percepção de si mesmo e, conseqüentemente, a manifestação de um interesse maior (mesmo que ainda exista preconceito) por parte da sociedade (ABREU, 2017). Para Skinner e Vaughan (1985), a velhice chega como um passo, o que pega as pessoas despreparadas, de surpresa, na maioria das vezes, sem condições financeiras adequadas que lhes permitam pensar em uma “velhice saudável”.

Diante disso, para que se possa ter uma velhice digna ideal, a “bela velhice” irá depender de como as políticas públicas, sobretudo as sociais, serão ofertadas para as

peças com idade avançada. Com efeito, as políticas públicas precisam ser pensadas e efetivamente colocadas em prática, de maneira a possibilitar também aos idosos de classe social empobrecida que, na vida pós-trabalho (aposentadoria), tenham oportunidades de viver com dignidade, segurança e bem-estar social.

Desligar-se do trabalho poderá representar ruptura nos referenciais do sujeito, e a perda do convívio com o trabalho poderá ocasionar, por vezes, dificuldades emocionais e angústias. De acordo com Barbosa e Traesel (2013),

A fase da transição da vida laboral para a aposentadoria envolve lutos pertinentes à trajetória profissional do sujeito, como perda do 'status', crise na identidade profissional, diminuição das relações sociais e dos vínculos efetivos. Esses lutos podem desencadear conflitos psicológicos, sociais, econômicos, culturais e na subjetividade do sujeito, considerando que essa etapa do desenvolvimento humano tende a ser considerada improdutiva pela sociedade (BARBOSA; TRAESEL, 2013, p. 215–216).

Ao se aposentar, é chegado o momento de se reconhecer a proximidade da velhice, além disso, com o advento da aposentadoria, percebe-se também que há diminuição no salário do aposentando, conforme diz Pereira (2007, p. 249): “A aposentadoria provoca queda dos rendimentos, o que deteriora o padrão de vida desse segmento populacional, que, além disso, é o mais atingido pela inflação”.

Quanto ao significado da aposentadoria, Alvarenga *et al.* (2009) comentam:

A aposentadoria em sentido amplo constitui-se como um processo de transição, que tem início assim que o sujeito começa a tomar consciência de sua aproximação. Esse período que antecede a aposentadoria pode caracterizar-se por dois momentos de preparação, denominada fase remota e fase aproximada. Na primeira, a aposentadoria é vista de forma positiva, porém pouco concreta, sendo concedida como um acontecimento longínquo. Já a fase aproximada, a questão do tempo e a eminência do desligamento do trabalho são visualizadas de forma mais delineada (ALVARENGA *et al.*, 2009, p. 800).

Segundo Camarano, Kanso e Fernandes (2013),

O Estado brasileiro avançou muito na estratégia de assegurar uma renda mínima para a população idosa. Os principais benefícios a que esta tem direito são parte da política de seguridade social, estabelecida pela Constituição Federal (CF) de 1988, que introduziu um conceito mais inclusivo de seguridade social e aumentou a cobertura dos benefícios sociais na área rural, através de mudanças no critério de elegibilidade. A unidade beneficiária mudou do domicílio para o indivíduo. Foi estabelecido um salário mínimo como piso para os benefícios sociais, tanto na área urbana quanto na rural (CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2013, p. 2).

Entretanto, embora o Brasil tenha avançado a partir da CF/88 em políticas na saúde, ainda há muito a ser feito se considerarmos o aumento da população idosa brasileira em relação aos seus benefícios sociais. Segundo Camarano, Kanso e Fernandes (2013),

Os benefícios sociais a que os idosos fazem jus estão inseridos em dois regimes contributivos de caráter obrigatório e em outro não contributivo (assistência social). O primeiro é dirigido aos trabalhadores do setor privado, tanto urbano quanto rural — Regime Geral da Previdência Social (RGPS) — e o segundo é voltado para servidores públicos — Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Este último, quando foi estabelecido, era parte de uma política voltada para a criação de uma carreira de Estado. Os benefícios de aposentadoria eram não contributivos até 1993 (CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2013, p. 22).

Observa-se então que os benefícios sociais a que os idosos fazem *jus* são direitos conquistados pelos trabalhadores por meio de muitas lutas e movimentos sociais ao longo da história. Os benefícios, além de serem um direito conquistado, objetivam repor a renda, proporcionar inclusão e proteção social das pessoas com idade avançada e, conseqüentemente, tirar muitos idosos da pobreza extrema na velhice e resguardar os direitos humanos, porém esses benefícios sociais ainda não contemplam todos os que deles necessitam.

Com efeito Faleiros (2014, p. 17) alerta que “novos desafios estão surgindo” como consequência da “política do neoliberalismo, da transição demográfica, do aumento da longevidade, da incidência de doenças degenerativas e da mudança na família”. O desafio entre as gerações nessas fronteiras é, ao mesmo tempo, societário e pessoal na formulação e implementação de políticas públicas e no significado que a velhice tem para as pessoas.

A aposentadoria é direito social conquistado pelos trabalhadores, sobretudo com vistas a desfrutar do descanso, porém, no cenário atual, também se constitui preocupação, em razão das constantes mudanças econômicas e das transformações nas relações de trabalho. No Brasil, a aposentadoria, que deveria representar uma garantia de futuro, tem representado um período da vida de insegurança, improdutividade e empobrecimento.

Ao considerarmos o total dos participantes (13) que responderam aos questionários, em relação à idade, identificamos que todos eles estavam acima de 51 anos e com tempo de serviço superior a 30 anos, concluindo-se então que todos os participantes da pesquisa estavam aptos a aposentar-se.

Referentemente ao grau de escolaridade, constata-se que as mulheres apresentam maior escolaridade do que os homens.

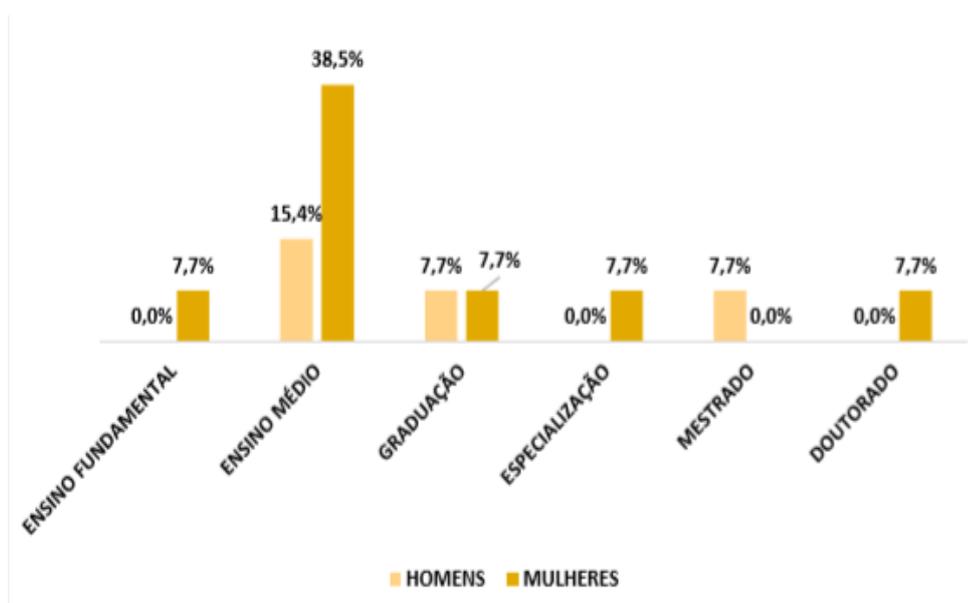


GRÁFICO 1 — Sexo e escolaridade dos participantes

Fonte: Registros da pesquisa (2017). Elaboração própria.

Quanto ao significado de “envelhecer”, ou envelhecimento, os dados sugerem que esse tema, no entendimento dos entrevistados, é complexo e está diretamente ligado ao modo particular de vida de cada um, desde a infância até a idade adulta, entretanto com muitas incertezas quanto ao envelhecimento e à chegada da velhice. Quando perguntados sobre o significado de envelhecer, 50% dos participantes entendem que é o momento para aproveitar a vida mas também revelam acúmulo de experiências, maturidade e nova fase de oportunidades.

[...] envelhecer? Acho que é ter vivido cada momento da sua vida... é viver cada momento da sua vida (P₁₀) [...] a experiência de vida te dá tanta tranquilidade (P₂) [...] também é bom porque é você tem novas oportunidades (P₆)

Muito embora a velhice signifique um período para ainda se adquirirem novos conhecimentos e desfrutarem-se os prazeres da vida, os dados sugerem que se preocupam com as limitações que acontecem no corpo e com os sinais de envelhecimento, bem como a finitude da vida e a proximidade da “morte”, conforme depoimento de um dos participantes:

[...] tem a questão estética né, começa a ver que teu corpo muda, que tu tem limitações corporais, e isso entristece um pouco assim....Claro que a cada momento que você envelhece você fica triste, porque você se vê mais perto do final né, da morte... (P₁).

Para muitos, o corpo é produto de sua cultura, sua constituição é vista de diferentes formas por cada indivíduo. Aceitar as mudanças do envelhecimento advindas com o tempo significa compreender a velhice como o ciclo natural da vida, que se difere em cada tempo do seu existir biossocial. Contudo, dois participantes da pesquisa negam a velhice, dizendo que até o momento ainda não haviam pensado sobre o assunto. Outro, que o envelhecimento é um processo natural e significa também aprendizado, “[...] *isso tudo faz parte da minha bagagem de aprendizado, né?*” (P₃).

Apenas um participante manifestou seus sentimentos em relação à velhice de forma negativa e deixou transparecer na entrevista certa frustração diante do fato de estar velho, como “*sensação de descarte... de coisa inutilizada*” (P₆). Esse é um sentimento de nulidade nada incomum e evidencia bem a dificuldade em construir a nova identidade: a da pessoa idosa e aceitar-se como velho (QUADRO 1).

O que significa para você envelhecer?	
1. “É, pra mim não é muito bom, não”. Que bom que a gente consegue envelhecer, a vida me deu essa oportunidade. Envelhecer assusta no sentido das limitações que a própria velhice nos propõe e nos coloca.”	6. “Eu tinha em mente que envelhecer, era como se você pegasse um livro que você leu, e as folhas ficaram dobradas, aquela orelhinha de burro. Joga fora, descarta, ele não presta para mais nada. Você envelhece, e fica triste, porque você se vê mais perto do final, da morte.”
2. “Ah, envelhecer, para mim, é ficar cada vez mais rico de conhecimento e de experiência. É, por isso que eu cuido do meu corpo, porque a cabeça não envelhece.”	7. “Como eu não tenho muito problema de saúde, ainda não pensei muito nisso. Você não pensa ainda, mesmo tu tendo o exemplo perto, mais não é físico teu, é físico da outra pessoa. É diferente.”
3. “Significa adquirir maturidade emocional e espiritual. É, eu aceito! Tanto é que eu nunca quis fazer plástica. Não! Não, tenho essa pretensão.”	8. “É você se tornar uma pessoa com experiência. Viveu bastante, tem algo a contar.”
4. “Poxa vida! Olha, é... eu não me vejo como um velho, embora com sessenta anos, eu me sinto ainda jovem.”	9. “Acho que é ter vivido e aproveitado cada momento da sua vida.”
5. “É triste. Mais o resto tá tranquilo! Envelhecer é normal. É, a gente cresce, envelhece e morre. E, vira criança.”	10. “Eu acho que o que significa envelhecer, é tu adquirir experiência.”

QUADRO 1 — O significado do envelhecimento para os servidores

Fonte: Elaboração própria (2017).

Quando perguntados sobre a identificação de possíveis sinais de envelhecimento, pudemos verificar que, do total de participantes, apenas um não percebeu sinal de envelhecimento até aquele momento, e a maioria (90%) aponta apenas alterações de ordem física. As falas de dois participantes expressam esse pensamento:

Percebo, com certeza! Hoje eu não faço as coisas que eu fazia quando eu tinha dezoito anos. As travessuras. Ou, quando eu tinha dez anos de idade. O organismo te impõe isso (P₆).

Não me acho velha, mais às vezes assim... quando eu subo uma escada de vários degraus, aí eu digo assim, nossa! Quando eu era mais nova, eu subia isso aqui melhor, é a minha idade que já está avançando... Ah, mais tranquilo, é nisso aí que eu sinto, só! (P₃).

Para um dos entrevistados, há alteração pelo processo de envelhecimento em relação aos aspectos mentais: “É automático. Acho que a capacidade corporal, a capacidade mental, e os próprios cabelos ficam brancos” (P₉). Porém, em outro participante, os sinais mentais ainda eram “de um jovem”: “Percebo! Não tem mais aquele...a gente sente que não tem mais aquele fôlego de guri. Então, só a parte física, porque a parte mental ainda continua jovem” (P₃).

Para Debert (2006),

[...] o ciclo biológico, do ser humano e de boa parte das espécies naturais, que envolvem o nascimento, o crescimento e a morte — é um fato social e histórico — a variedade das formas de conceber o viver o envelhecimento. Da perspectiva antropológica, e também da histórica, tratam de ressaltar, em primeiro lugar, que as representações sobre a velhice, a posição social dos velhos e o tratamento que lhes é dado pelos mais jovens ganham significados particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos (DEBERT, 2006, p. 50).

Segundo Blesmann (2004), com o passar do tempo, o corpo vai se transformando,

e essas mudanças são consideradas normais do ciclo da vida, muito embora sejam mais perceptíveis com a idade. Para alguns, a aceitação da velhice é complicada, quando considerada do ponto de vista das mudanças aparentes do corpo físico. A percepção do envelhecer, para os indivíduos que se encontram nessa etapa da vida, é vivida de formas diferentes e, para muitos, a aceitação torna-se difícil, pois o corpo envelhece e, todavia, a mente se mantém jovem.

Nos tempos atuais, o corpo tem recebido demasiada importância com relação à aparência, entretanto, ainda que se deseje negar a velhice, é pela aparência que os primeiros sinais do envelhecimento são percebidos. De acordo com Pitanga (2006 *apud* MAIA, 2008, p. 708), vivemos numa sociedade que supervaloriza o novo, e isso possibilita uma relação direta com a ideia de que “no corpo do idoso, como aquele que está velho, ultrapassado e precisa, portanto, ser descartado, escamoteado. O que desagrada, por ser ameaçador, é recusado, rechaçado”.

Em relação ao preconceito contra os idosos, as análises dos dados sugerem que existe forte presença dele, percebido e vivido no cotidiano em diferentes momentos. P₁ aponta que o preconceito estabelece rótulos que não expressam a realidade: “*Pode estar velho e não está aposentado, e estar aposentado e não estar velho*”.

As falas dos participantes são unânimes ao afirmar que existe, sim, preconceito contra a pessoa idosa. Em seus depoimentos, expressam formas diferenciadas de percebê-lo. Um dos participantes afirma: “[...] *o preconceito está presente, sim, e passa pelo crivo da impotência e improdutividade atribuída às pessoas idosas*”. Outro participante afirma percebê-lo quando um idoso ocupa ou deseja ocupar um lugar para sentar-se no ônibus “[...] *ser velho é motivo de vergonha, na verdade... senti vergonha de me acharem como um velho*”.

Como bem nos assegura Barros (2004),

É com os olhos da juventude que se percebe a velhice. Ela é vista como um declínio e, sobretudo, com a impossibilidade de ser positivamente valorizada na medida em que já ultrapassou o ponto máximo do ciclo da vida, seja no ponto de vista da capacidade produtiva do trabalhador, seja do ponto de vista da capacidade física e psíquica, com a perda gradual do corpo e da mente. A aparição da velhice como um estigma e como exclusão social se dá paralelamente ao advento da aposentadoria para a população trabalhadora, associando-se à ideia de pobreza. Esta noção parece contaminar a representação da velhice como uma etapa específica da vida [...] (BARROS, 2004, p. 17).

É possível identificar a velhice e as transformações do corpo em três dimensões. A velhice biológica, que se apresenta como uma dura realidade aos participantes da pesquisa, onde o corpo é compreendido como um organismo que tem suas funções, e a velhice, como as alterações que nele acontecem. A velhice psicológica é a mais temida, quando considerada a ameaça e a possibilidade de perda da capacidade mental. Na velhice social, o corpo não é visto como ele é, mas a ideia do que ele concebe. A maioria dos participantes expressou suas preocupações com a aparência do corpo, com os cuidados

a ele atribuídos; em seus depoimentos falaram da experiência do envelhecimento que nele é vivida, manifestando o desejo de manter a juventude e ter o prazer de sentir-se belo.

Outro ponto importante na discussão sobre envelhecimento e aposentadoria está ligado ao lugar e sentido em que o trabalho é percebido pelos entrevistados. Muito embora tenhamos compreensão do significado do trabalho dentro da lógica capitalista de expropriação, exploração e alienação (MARX, 2013), o trabalho tem importância no processo de socialização e de construção das relações sociais (mesmo que num contexto da dinâmica capitalista). Nesse sentido, quando perguntados sobre o lugar que o trabalho ocupa em suas vidas, as respostas dadas foram muito significativas (QUADRO 2).

O que o trabalho significa para você?	
1. "O trabalho, pra mim, é o que me move. Move a minha vida."	6. "Falando profissionalmente? Para mim é como se fosse uma recarga de bateria numa lanterna."
2. "O trabalho, pra mim, ele significa claro uma fonte de renda que é superimportante."	7. "O trabalho é uma coisa inerente da vida. De você se tornar adulto, se tornar independente produtivo. O caminho é o trabalho."
3. "Significa também, uma grande realização pessoal. Eu me realizo no meu trabalho, porque eu faço aquilo que eu gosto."	8. "O trabalho me dá condições de realizar as coisas físicas que eu preciso, as coisas materiais. Permite viver com dignidade, e ter a amizade entre os colegas. Na verdade, isso aqui acaba virando uma grande família."
4. "Foi tudo! Na verdade, o que eu tenho hoje foi em função do meu trabalho."	9. "O trabalho, pra mim, é tudo! O trabalho é assim, ele dignifica uma pessoa. Ele faz com que a pessoa se torne, seja útil e aproveitável."
5. "Não, tudo! Se não fosse o trabalho, eu não conseguiria chegar nessa vida."	10. "O trabalho significa a dignidade que a gente tem. Ainda é tudo, o trabalho é sem dúvida nenhuma tudo!"

QUADRO 2 — O significado do trabalho para os servidores

Fonte: Elaboração própria (2017).

Os dados sugerem que o trabalho, para todos os entrevistados, é considerado atividade fundamental, todavia não somente para atender as suas necessidades básicas de sobreviver, como ser humano: observa-se também o trabalho como uma atividade que ocasiona prazer aos entrevistados, mas, como bem nos asseguram Kilimnik *et al.* (2015, p. 19), "[...] precisa também atingir seus objetivos e realizar-se".

Em relação aos momentos que antecedem o processo de aposentadoria, as falas sugerem situações de angústia e medo, mas observamos que alguns têm melhor compreensão do que significa essa etapa da vida. Na interpretação dos dados, apenas 10% dos participantes responderam estar se preparando para aposentar-se; 30% demonstram medo, angústia e acreditam que a aposentadoria pode ocasionar depressão — entre eles, um não deseja se aposentar —; 40% não demonstram preocupação com a chegada da aposentaria, porém um dos participantes afirma que se sente como um objeto, um produto com prazo de validade; e 20% preocupam-se com o que fazer quando o momento chegar.

Quando questionados sobre o que pensam nos momentos que antecedem sua

aposentadoria, percebemos que emergem pensamentos positivos e negativos: sentimentos de frustração em relação à saída do mundo do trabalho e dificuldades em realizar outros projetos de vida após a aposentadoria, vista por alguns como uma desorganização temporal em suas vidas e também no dia a dia .

Ainda podemos destacar em suas falas a necessidade de preparação para melhor compreenderem o processo que antecede a aposentadoria, para que, quando esse momento finalmente chegar, possa ser visto com certa tranquilidade emocional e com planejamento tanto para enfrentar a vida social quanto financeiramente. Dentre as respostas, o que nos chamou atenção foi que um dos participantes do *workshop*, apto a se aposentar, sente-se despreparado para esse momento e diz: *“Hoje o trabalho é uma coisa essencial para mim. Já tenho tempo para aposentadoria, não tenho nada para fazer em casa. Faltou essa preparação”*.

O período que antecede a aposentadoria é o momento em que o indivíduo deve olhar em direção a essa nova etapa, visando à ideação e reorganização de sua vida e, por conseguinte, de sua identidade. Segundo Duarte e Melo-Silva (2009, p. 54), “trata-se de um período em que as expectativas (boas e/ou más) habitam grande parte dos pensamentos e sentimentos” dos pré-aposentados, já que, em nossa sociedade, a saída do mundo do trabalho atribui ao aposentando uma perspectiva de exclusão social.

É preciso dizer que, para o trabalhador que se encontra em fase de transição, a aposentadoria se apresenta como a última fase da carreira, esteja ele orientado ou não para a vida pós-carreira, e esse rompimento representa mudanças significativas na vida pessoal e social do indivíduo. É oportuno dizer que a falta de preparação e planejamento no período que antecede a aposentaria pode ocasionar frustrações ao aposentado, dificultar a adaptação do indivíduo às novas circunstâncias e ocasionar conflitos em relação à sua existência. Acerca disso, Barbosa e Traesel (2013, p. 220) afirmam que “a pré-aposentadoria parece ser um momento propício para reflexões e planejamentos sobre a própria identidade, as expectativas e prioridades para o futuro do sujeito”.

O discurso dos participantes apresenta características de interdiscurso, por conversar com um conjunto alargado de outras falas dos sujeitos da pesquisa. Deles, 10%, ao relatarem o fato de não terem se planejando para a aposentadoria, afirmam ser inerente à sua cultura, pois foram preparados para o trabalho. Um dos participantes acrescenta que a instituição deveria investir em seu bem maior — o material humano —, e relata dificuldades ao pensar na vida futura sem o seu trabalho. Do total, 30% dos participantes apontam que estão se preparando financeiramente, ainda que, no momento, o valor guardado por eles seja considerado muito pouco, pois os seus salários não permitem guardar mais.

Cabe também ressaltar que alguns dos entrevistados, ao afirmarem não ter planos para a vida pós-trabalho, justificam que resolvem as coisas quando elas passam a acontecer. Em relação a esse pensamento, alguns autores mencionam que é um comportamento

típico de quem não se planejou, seja por falta de orientação mediante preparação para a aposentadoria ou por questões socioeconômicas ou culturais, tendo em vista que muitas pessoas não estão acostumadas a pensar no amanhã.

Em relação a uma vida ideal pós-trabalho, 50% dos participantes apontam em primeiro lugar a questão da saúde, e 40% deles afirmam que o financeiro deve acompanhá-la, pois consideram ser esse um requisito, parte indispensável para uma vida ideal na aposentadoria. Eles afirmam que nada adiantaria ter saúde sem dinheiro, pois, nesse caso, não poderiam desfrutar da conquista da aposentadoria e dos prazeres que o tempo livre poderá lhes oferecer. Em suas falas, identificamos que, para a maioria deles, além dos fatores saúde e financeiro, estão também fatores que, na visão deles, podem implicar embaraços a partir da efetivação da aposentadoria, pois vêm junto dela: a proximidade da velhice e, com ela, as doenças que podem surgir.

A transição para a aposentadoria é vivida de acordo com as suas experiências, pois apresentam-se com características únicas e particulares. Entretanto, para alguns, os sentimentos são ambíguos, pois, ao mesmo tempo que expressam gostar da liberdade que a aposentadoria poderá trazer para suas vidas, preocupam-se com a perda da identidade profissional e o fato de não terem a quem deixar o seu legado. Em suas falas, demonstram a necessidade de repassar, de alguma forma, para o colega que virá substituí-los os conhecimentos por eles alcançados durante os anos trabalhados. Dizem que gostariam de ser ouvidos pela direção antes de se afastarem da vida laboral, demonstram apego ao trabalho.

Quando identificada a maneira como eles vivenciam as expectativas com a chegada da aposentadoria, concluímos que elas se apresentam de diferentes formas para os sujeitos da pesquisa, como bem nos assegura um dos entrevistados quando diz: *“Só eu lamento é que os amigos tão indo antes de mim... ainda tem alguns. Enquanto o trabalho for um prazer eu permaneço. Agora o dia que trazer desgosto, o ambiente ficar muito insuportável eu peço as contas, (leia-se a aposentadoria)”* (P₆). Seguindo esse pensamento, França (1999, p. 2) argumenta que “[...] muitos se aposentam bem jovens, e outros falecem antes de se aposentarem. Alguns têm a possibilidade da livre escolha, outros são escolhidos e muitos temem este momento e suas consequências no futuro”. Ou ainda, como comenta outro participante: *“[...] não passa pela minha cabeça, porque ainda não estou preparado..., a minha expectativa, hoje, ainda é de continuar trabalhando. Enquanto o trabalho não me fizer mal [...] o trabalho para mim é o ócio do prazer”* (P₇).

Ao completar o ciclo de tempo de trabalho, a interrupção de um projeto, por vezes, pode levar o aposentado a inúmeras frustrações. É preciso destacar que, para alguns, a aposentadoria representa o momento da liberdade, do descanso, do prazer, do dever cumprido, do direito conquistado e a realização de novos projetos; no entanto outros revelam angústia, medo, ansiedade, perda da identidade profissional e do sentido da vida.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela análise dos dados coletados, conforme definido anteriormente, pudemos nos aproximar um pouco mais das vivências subjetivas de cada sujeito e da repercussão da aposentadoria na vida futura.

Em relação ao significado de “envelhecer”, ou do envelhecimento, os dados sugerem que o tema envelhecer, no entendimento dos entrevistados, é complexo e está diretamente ligado ao modo particular de vida de cada um, desde a infância até a idade adulta, trazendo muitas incertezas quanto ao envelhecimento e à chegada da velhice que, para eles, significa um período para adquirir novos conhecimentos e desfrutar os prazeres da vida. Todavia, os dados sugerem que há preocupação com as limitações que acontecem no corpo e com os sinais de envelhecimento, bem como a finitude da vida e a proximidade com a “morte”.

Os dados coletados sugerem também que a aposentadoria, para muitos, ainda é um assunto muito difícil, e conseqüentemente incerto, quando avaliadas questões, como idade para solicitar a aposentadoria, situação financeira, apego ao trabalho e às amizades ali construídas, porém o que fica evidente é a ausência de planejamento da maioria dos trabalhadores para a vida futura. Com efeito, os autores buscados como aporte teórico argumentam que a decisão da aposentadoria é marcada por momentos de incertezas, de muitas ambivalências, que vão desde a idade de concessão, formas de acesso, situação econômica, condições de saúde e outros fatores que influenciam sua saída ou permanência no mundo do trabalho.

Em relação às expectativas dos participantes que se encontram em processo de transição para a aposentadoria, a discussão sobre as mudanças nos papéis identitários apontou a força do olhar estigmatizado associado à aposentadoria.

Na pesquisa documental (marcos normativos e regulatórios), adotada como contraponto da análise que foi desenvolvida, concluímos que esses documentos constituem um avanço em relação à questão da velhice em nossa sociedade, pois oferecem algumas garantias e proteção às pessoas idosas, buscando promover a sua qualidade de vida.

Com efeito, é necessário dizer que o trabalho constitui um dos aspectos mais relevantes na vida dos sujeitos e contribui para a formação de suas identidades. A realização de projetos, seja na vida ativa ou pós-trabalho, na vida profissional e na rede familiar do indivíduo, reafirma a sua identidade individual e, por conseguinte, ocasiona o seu reconhecimento social. O papel profissional do sujeito é de fundamental importância em nossa cultura e é determinante na sustentação da autoestima, formação da identidade e discernimento de utilidade. Sendo assim, com a saída do mundo do trabalho, ocorrem as perdas dos papéis ali construídos, o que pode ocasionar estragos severos na qualidade de vida desses trabalhadores, caso não estejam preparados para a sua saída do mundo do trabalho.

Diante disso, garantir aos trabalhadores mais velhos que irão se aposentar e àqueles que decidem permanecer no ambiente de trabalho o seu bem-estar dentro das instituições (públicas ou privadas) é um dos desafios atuais a ser enfrentado no mundo do trabalho.

Por fim, dizer que, ao analisarmos os depoimentos dos participantes, procuramos considerar o ponto de vista particular e social de cada indivíduo, por meio dos significados de suas falas e as suas experiências. Observamos que esse período de transição é um momento que provoca reações diversas, que vão desde a sensação de liberdade e início de uma nova fase até sentimentos de vazio e supressão, pois, para viver a aposentadoria em sua plenitude, ela requer planejamento.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Célia de. **Velhice**: Uma nova paisagem. 1. ed. São Paulo: Ágora, 2017.

ALVARENGA, Lília Núbia *et al.* Repercussões da aposentadoria na qualidade de vida do idoso. **Revista da Escola Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 796–802, out. 2009.

BARBOSA, Tamires Machado; TRAESEL, Elisete Soares. Pré-aposentadoria: um desafio a ser enfrentado. **Barbarói**: Revista do Departamento de Ciências Humanas, Santa Cruz do Sul, v.1, n. 38, p. 215–234, jun. 2013.

BARROS, Myriam Morais Lins de. Velhice na contemporaneidade. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers. **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 12 – 23.

BLESSMANN, Eliane Jost. **Corporeidade e envelhecimento**: o significado do corpo na velhice. **Revista Estudo Interdisciplinar Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 6, n 1. p. 21–39, jan./dez. 2004.

BRANDÃO, Vera Maria Antonieta T.; MERCADANTE, Elizabeth Frohlich. **Envelhecimento ou longevidade?** Questões Fundamentais do Ser Humano. 8. ed. São Paulo: Paulos, 2009. 114 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 18 maio 2019.

BRASIL. **Decreto nº 1.948 de 3 de julho de 1996**. Regulamenta a Lei 8.842, de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do idoso e dá outras providências. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1948.htm>. Acesso em: 18 maio 2019.

BRASIL. IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2017**. Breve análise da evolução da mortalidade no Brasil. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101628.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2019.

BRASIL. IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2018**. Disponível em: <<https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox/QgrcJHsNjBgdXNXHLFnfPJZpPcdFqIFJLv?projector=1&messagePartId=0.1>>. Acesso em: 18. maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 5 jan. 1994

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências – 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10/741.htm)>. Acesso em: 18 maio 2019.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; FERNANDES, Daniele. **Envelhecimento Populacional, Perda de Capacidade Laborativa e Políticas Públicas.** *Revista Repositório do Conhecimento do IPEA*, Brasília, v. 54 n. 1, fev. 2013.

DEBERT, Guita Grin. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, Myriam M. L. de (org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 49–67.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu Gomes; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

DUARTE, Camila Vianna; MELO-SILVA, Lucy Leal. Expectativas diante da aposentadoria: um estudo de acompanhamento em momento de transição. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, São Paulo, v. 10, n 1, p. 45–54, out. 2009.

ESCOBAR, Karin Alves do Amaral; SOUZA, Flavia Aparecida. Análise de políticas sociais para idosos no Brasil: um estudo bibliográfico. *Revista Cadernos UniFOA*, Volta Redonda, v.1, n. 30, p. 47–55, abr. 2016.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Envelhecimento no Brasil do Século XXI: transições e desafios.** *Revista Argumentum*, Vitória (ES), v. 6, n. 1, p. 6–21, jan./jun. 2014.

FRANÇA, Lucia Helena de Freitas Pinho. Preparação para a aposentadoria: desafios a enfrentar. In: VERAS, Renato. **Terceira Idade: Alternativas para uma sociedade em transição.** *Dumará/UnATI*. Rio de Janeiro: Editora **Relume**, 1999, p. 1–24.

KILIMNIK, Zelia Miranda *et al.* O significado do trabalho: um estudo com professores de administração em uma universidade. *Revista Lugares de Educação [RLE]*, Bananeira-PB, v. 5, n. 11, p. 3–27, 2015.

MAIA, Gabriela Felten de. Corpo e velhice na contemporaneidade. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 704–711, jun. 2008.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica à Economia Política.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, Matheus Papaléo; YUASO, Denise Rodrigues; KITADAI, Fabio Takashi. Longevidade: desafio no terceiro milênio. Longevity: a challenge from the twentieth century. Longevidad: desafío en el tercer milenio. *Revista O Mundo da Saúde*, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 594– 607, out./dez. 2005.

PALACIOS, Annamaria da Rocha Jatobá. Fragmento do discurso publicitário para idosos no Brasil: estratégias de posituação da velhice, novos velhos ou novo mercado de consumo? *Revista 5º SOPCOM – Comunicação e Cidadania*, Universidade Federal da Bahia: Actas. v. 5, n. 1, p. 787–796, set. 2008.

PEREIRA, Potyara Amazoneira Pereira. Formação em Serviço Social, Política Social e Envelhecimento Populacional. *Revista Ser Social*, Brasília, n. 21, p. 241–257, jun. 2007.

RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. **A velhice na Constituição.** *Revista STJ: BDJUR*. São Paulo, v. 20, n. 38, p. 144–161. Jan./dez 1999.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROESLER, Vera Regina. **Posso me Aposentar “de Verdade”, e agora?** Contradições e ambiguidades vividas no processo de aposentadoria. 1. ed. Curitiba: Alteridade, 2014.

SALGADO, Marcelo Antônio. Aposentadoria e ética social. **A Terceira Idade**, *Revista São Paulo Sesc*, v. 2, n. 2, p 4–8, out. 1989.

SKINNER, Burrhus Frederic; VAUGHAN, Madeleine. E. **Viva Bem a Velhice**: Aprendendo a Programar a Sua Vida. 6. ed. São Paulo: Summus, 1985.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 11, 12, 13, 16, 17, 18, 25, 58, 63, 69, 110, 145, 146, 202

Adoção 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174

Adolescente 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 83, 100, 101, 103, 107, 108, 109, 110, 165, 166, 175

Aposentadoria 175, 177, 178, 181, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 202, 203, 207, 212

Assistência Social 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 31, 33, 44, 50, 51, 54, 57, 59, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 82, 83, 87, 88, 89, 93, 96, 98, 129, 130, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 181, 193, 194, 201, 202, 205, 209, 211, 212, 213, 215

Ato Infracional 6, 7, 8, 9, 10, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 34, 35, 38, 40, 41

B

Brasil 2, 3, 4, 9, 10, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 24, 25, 27, 30, 35, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 55, 57, 59, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 82, 83, 86, 98, 106, 110, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 143, 149, 150, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 171, 173, 174, 176, 178, 179, 181, 182, 190, 191, 200, 201, 203, 204, 211, 213, 214

Brasileira 2, 3, 15, 27, 44, 46, 51, 52, 67, 71, 75, 82, 95, 125, 130, 132, 134, 137, 139, 157, 158, 163, 166, 170, 177, 180, 181, 191, 201, 211, 212, 213

C

Capitalismo 5, 9, 19, 27, 82, 88, 109, 112, 113, 115, 117, 119, 120, 125, 126, 132, 133, 134, 140, 154, 155, 156, 165, 174, 200, 213

Conflito 1, 2, 6, 7, 8, 9, 23, 28, 29, 125, 146, 164

Criança 2, 3, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 26, 27, 30, 40, 41, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 81, 100, 103, 110, 144, 145, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 174, 175

D

Delegacia 141, 142, 143, 144, 145, 146

Desigualdade 24, 37, 79, 82, 105, 109, 112, 113, 119, 142, 156, 157, 179

Direito 1, 3, 6, 7, 9, 12, 15, 19, 20, 35, 37, 38, 48, 51, 52, 61, 66, 68, 70, 72, 77, 79, 85, 89, 107, 109, 110, 111, 118, 119, 124, 127, 129, 138, 151, 153, 154, 156, 159, 166, 167, 168, 170, 172, 179, 180, 181, 182, 188, 201, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214

E

Envelhecimento 175, 176, 177, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 203, 204, 206, 207, 211, 213, 214, 215

Estado 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 39, 44, 45, 46, 48, 50, 57, 60, 61, 64, 66, 68, 69, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 101, 103, 104, 107, 109, 110, 118, 124, 125, 128, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 138, 140, 144, 147, 150, 151, 152, 153, 157, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 171, 172, 173, 174, 179, 181, 196, 201, 208, 209, 211, 212, 213

F

Família 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 16, 18, 20, 24, 32, 34, 38, 39, 48, 50, 58, 61, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 94, 95, 105, 106, 109, 113, 114, 116, 118, 119, 127, 128, 146, 164, 165, 166, 167, 169, 175, 180, 182, 190, 199, 200, 201, 205, 207, 208, 209, 212, 213, 214, 215

Famílias 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 16, 17, 18, 33, 35, 37, 38, 43, 46, 47, 48, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 108, 118, 126, 146, 163, 166, 201

G

Gênero 14, 57, 71, 78, 80, 100, 109, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 131, 134, 139, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 193, 194, 196, 197, 198, 200, 201, 203, 212

I

Idoso 176, 179, 180, 185, 190, 191, 198, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214

Institucional 4, 11, 12, 13, 16, 18, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 33, 90, 91, 92, 93, 124, 165, 167

L

Lei 1, 2, 6, 7, 8, 9, 14, 15, 16, 18, 19, 23, 28, 29, 30, 40, 41, 45, 46, 49, 50, 51, 64, 69, 70, 74, 86, 87, 100, 107, 110, 127, 129, 130, 133, 136, 137, 139, 143, 147, 155, 156, 157, 162, 164, 165, 166, 167, 174, 176, 179, 190, 191, 199, 205, 207, 209, 210, 212, 213, 214

M

Mãe 54, 58, 72, 78, 102, 107, 119, 162, 164, 166, 167, 169

Medida 4, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40, 68, 97, 116, 120, 124, 134, 135, 136, 143, 145, 185, 200

Mulheres 46, 54, 62, 78, 104, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 182, 194, 200, 201, 206, 211, 215

P

Política 1, 2, 5, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 30, 31, 40, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 96, 104, 107, 110, 114, 115, 124, 127, 130, 132, 133, 134, 136, 139, 143, 151, 153, 159, 162, 164, 165, 167, 168, 171, 174, 176, 179, 181, 182, 190, 191, 193, 194, 201, 202, 203, 210, 212, 213, 215

Política Pública 15, 68, 69, 70, 89, 130, 143, 210

Prática 1, 13, 19, 23, 24, 25, 30, 31, 32, 34, 37, 60, 63, 74, 84, 86, 87, 88, 90, 91, 94, 123, 126, 144, 170, 171, 172, 175, 181

Prisional 133, 136, 137, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 158

Promoção da Saúde 42, 45, 49, 50, 178

Q

Questão Social 4, 6, 7, 9, 10, 14, 24, 27, 32, 39, 56, 59, 60, 61, 66, 67, 77, 80, 82, 85, 86, 88, 89, 98, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 158, 160, 168, 170, 173, 179, 201

R

Rede 13, 14, 17, 18, 33, 34, 36, 37, 38, 43, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 69, 70, 71, 72, 74, 77, 91, 92, 93, 94, 102, 103, 109, 123, 129, 130, 131, 143, 167, 169, 173, 189, 210, 215

S

Saúde 5, 14, 15, 17, 19, 34, 36, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 68, 69, 70, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 93, 96, 100, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 124, 129, 130, 131, 136, 139, 143, 144, 150, 155, 157, 161, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 177, 178, 179, 181, 188, 189, 191, 194, 195, 201, 202, 203, 206, 209, 210, 212, 214, 215

Serviço Social 1, 10, 19, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 40, 41, 42, 53, 55, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 74, 75, 76, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 109, 110, 111, 121, 132, 133, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 149, 160, 161, 169, 174, 177, 191, 193, 206, 215

Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 109, 110, 111, 113,

114, 115, 116, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215

Sociedade 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 19, 24, 27, 28, 32, 37, 39, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 59, 60, 62, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 89, 94, 95, 96, 97, 104, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 125, 126, 127, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 142, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 176, 177, 179, 180, 181, 185, 187, 189, 191, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 207, 208, 211, 214

Socioassistencial 33, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 70, 71, 87, 167, 169, 215

Socioeducativa 13, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40

Sujeito 6, 23, 25, 30, 43, 44, 47, 49, 50, 57, 68, 73, 74, 108, 124, 125, 136, 154, 162, 177, 178, 181, 187, 189, 200

T

Trabalho 3, 4, 5, 7, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 105, 110, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 149, 152, 154, 156, 157, 158, 160, 161, 163, 164, 168, 169, 172, 173, 175, 177, 178, 181, 182, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 198, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214

V

Violência 1, 7, 10, 12, 22, 25, 27, 34, 35, 36, 38, 43, 44, 45, 47, 52, 60, 62, 67, 71, 92, 95, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 150, 151, 154, 159, 208, 215

Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020